

Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação

Ingrid de Andrade Borges – RA 21342391

Resumo

A partir da perspectiva sociocultural, a pesquisa teve como objetivo analisar as concepções e crenças de profissionais da educação básica de ensino no contexto escolar, tanto da rede pública quanto da rede privada, acerca de questões de gênero, sexualidade e diversidade. Em termos metodológicos, participaram da pesquisa três professores e foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com cada um deles. Os resultados indicaram que, apesar da sociedade acreditar que há atividades a serem desempenhadas exclusivamente por homens e outras por mulheres, os participantes possuem uma visão mais progressista em relação à igualdade de gênero. Contudo no ambiente escolar, os participantes ainda tratam os alunos de forma diferenciada de acordo com o gênero. Enquanto percebem os meninos como mais “práticos”, as meninas devem ser mais “detalhistas”. Na discussão sobre a diversidade sexual, é notável que muitos não sabem lidar com essa questão. Ao mesmo tempo, possuem certa preocupação na maneira como sua fala chega até os pais dos alunos, o que muitas vezes gera um silenciamento sobre o assunto. Os resultados indicaram a necessidade de formação continuada dos professores acerca do tema, bem como a modificação dos materiais didáticos.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Diversidade; formação de professores; práticas discriminatórias.

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa acadêmica focalizada nas concepções e crenças de professores do Distrito Federal acerca do tema gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. A pesquisa buscou identificar se os profissionais da educação tomam ou não alguma medida para combater práticas discriminatórias em relação às identidades de gênero e às identidades sexuais.

Em vista disso, são necessárias pesquisas sobre o tema, pois a partir de uma visão acadêmica precisamos compreender, de forma mais aprofundada, as maneiras como as identidades são construídas e quais estratégias de intervenção devem ser focalizadas com o objetivo de fazer os estudantes aceitarem e conviverem de forma construtiva com a diversidade, a fim de que haja possibilidade de algum dia romper com

as normatizações vigentes. Do ponto de vista social, é preciso problematizar essa temática uma vez que os preconceitos estão enraizados nas mínimas tarefas do cotidiano. Um levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) sobre a violência homofóbica no Brasil, constata que, de acordo com a última versão, divulgada em 2013, houve um aumento de 46,6% - cerca de 9.982 - no número registrado de denúncias de violações de direitos humanos (principalmente violências psicológicas e físicas) entre a população LGBT no país (Portal Brasil, 2015). Os aspectos pessoais que são relevantes para a pesquisa incluem a idealização da igualdade de direitos entre os gêneros e a legitimação das diversas identidades sociais como constituintes da cultura. Além disso, o artigo é relevante porque aborda questões que devem ser discutidas por todas as pessoas, pois a sociedade reproduz a norma heteronormatizante, o que impacta negativamente em pessoas que se encontram marginalizados, causando exclusão e até mesmo violência sobre elas. Dessa maneira, seria importante essa discussão para desconstruir os preconceitos existentes na sociedade.

Perspectiva Sociocultural e Processos Identitários

A perspectiva sociocultural é uma das abordagens utilizadas para entender os processos identitários. Madureira e Branco (2007) identificam que a partir dessa abordagem teórica é possível compreender o desenvolvimento humano como um fenômeno complexo e dinâmico, no sentido de que o indivíduo possui um papel ativo no seu desenvolvimento. Contudo, a cultura também tem papel fundamental na constituição do indivíduo, pois é o meio onde ele se desenvolve e se relaciona com outras pessoas. Sendo assim, ela é mais que uma variável que influencia nas concepções e crenças do sujeito. Pois possui uma relação com esse sujeito, a partir da mediação semiótica, dos signos culturalmente definidos que serão importantes para o entendimento de processos identitários e das múltiplas identidades sociais. (Madureira & Branco, 2007).

Os processos identitários são marcados por uma relação de diferenciação entre os grupos, ou seja, para um grupo específico existir é necessário que outro grupo que não possua as mesmas características exista, assinalando assim a marcação simbólica da diferença entre eles (Woodward, 2000). Através disso, o indivíduo se identifica com fatores relacionados a alguns grupos que compõe a sua identidade (como religião, raça,

gênero, nacionalidade, etc.) ao passo que se diferencia de outros, pois se o indivíduo, por exemplo, se reconhece como homem, logo não se reconhecerá como uma mulher (Galinkin & Zauli, 2011).

Essa percepção de pertencimento de um grupo produz a ideia de um sistema binário entre ‘nós’ (um grupo) e ‘eles’ (que não fazem parte deste grupo), e que, há uma tendência de maior valorização de um desses grupos: nós (Woodward, 2000). A partir disso, podemos entender que a diferença entre gêneros é sustentada por um lado, nessa relação de valorização/ desvalorização, pois as desigualdades entre homens e mulheres são ancoradas, muitas vezes, em uma explicação baseada no biológico. Ou seja, a desigualdade é baseada nas características biológicas diferenciadas dos corpos de cada um, e, por outro lado, na ideia cultural de autoridade do gênero masculino que acaba sendo reproduzido tanto por homens, quanto por mulheres através de suas crenças, atitudes, valores, etc. (Madureira, 2010).

O Processo de Construção do Gênero e de Práticas Discriminatórias na Sociedade

A concepção de que o gênero é dado biologicamente e identificado através da genitália permeou até a década de 70 nos estudos dos profissionais. Só posteriormente essa categoria passou a ser compreendida como socialmente construída e produto de relações e ações sociais (Louro, 1998). A pesquisa de Buss-Simão (2013) reafirma essa ideia do gênero construído socialmente. Ela identificou que as crianças são capazes de se definir como pertencentes a um determinado gênero entre 2 e 3 anos de idade. Contudo, elas ainda não possuem um entendimento de quais tipos de comportamentos são socialmente apropriados para os membros desses grupos e por isso, elas podem reproduzir e acentuar o que os adultos lhes passam e, outras vezes, podem se tornar resistentes e até desafiar a imposição de estereótipos, transgredindo o que é socialmente imposto aos gêneros (Buss-Simão, 2013). Dessa maneira, percebe-se que o gênero não é algo biologicamente dado a priori, mas sim uma construção social no qual as crianças, em sua fase de identificação, costumam explorar comportamentos que são ditos do feminino e também do masculino.

Isso mostra que as fronteiras entre os gêneros não são fixas, mas construídas nas práticas culturais. No caso das crianças, é construída através de suas vivências, principalmente através do brincar, podendo ser permeável de acordo com suas intenções e noções de pertencimento de gênero (Buss-Simão, 2013).

Contudo, as fronteiras podem tornar-se rígidas à medida que indivíduos ou grupos passam a desqualificar outros, não havendo uma troca em termos de diálogos construtivos. Caso essas fronteiras entre ‘nós’ e ‘eles’ ultrapassem os limites da aceitação, do respeito, é caracterizado como intolerância a esses grupos, podendo aparecer, de maneira implícita ou explícita, o preconceito (Madureira, 2010). Ou seja, a intolerância é posta em prática por meio de ações ou omissões em razão de algum preconceito, transgredindo a igualdade entre os grupos (Madureira & Branco, 2012).

As sociedades contemporâneas apresentam tais práticas de maneira marcante: a homofobia, por exemplo, é caracterizada por uma atitude hostil, de ódio irracional frente ao outro, classificando-o como inferior, diferente e até mesmo anormal, com o qual ninguém quer ser identificado (Borrillo, 2009). Entretanto, a homossexualidade deve ser entendida como uma das faces da pluralidade sexual humana, sendo que as pessoas com essa orientação afetivo-sexual devem possuir os mesmos direitos que as pessoas heterossexuais. É nessa reivindicação por direitos e por igualdade que a homofobia surge, como um medo de se conseguir esses direitos e de dissolver a ordem heterossexual. Essa situação é vista com frequência na atualidade, no qual as pessoas até simpatizam ou toleram esses grupos, mas não aceitam a ideia deles possuírem direitos iguais, como o direito à adoção (Borrillo, 2009).

Questões identitárias no âmbito escolar

As identidades sociais, como, por exemplo, as identidades de gênero e sexuais, são importantes para o sujeito desenvolver o sentimento de pertencimento de um grupo e também na construção cultural da subjetividade (Madureira, 2010). É preciso observar como elas são formadas em diálogo com contextos culturais e sociais, e como são associadas às teorias pedagógicas no ambiente escolar. Para, dessa forma, descobrir como sensibilizar os alunos frente à face multiculturalista da sociedade, levando-os a desenvolver uma visão positiva dos grupos marginalizados, a fim de incentivar outras identificações, posturas e representações (Moreira & Câmara, 2008). Essas estratégias pedagógicas incluem, por exemplo, o diálogo e a troca de informações a fim de superar as divergências dos diferentes grupos e culturas (Moreira & Câmara, 2008). Além disso, podem ajudar a desmistificar e proporcionar reflexões sobre como o preconceito está presente nas mais diversas relações cotidianas e o que fazer para não continuar

reproduzindo o discurso heteronormativo (Madureira & Branco, 2012; Araújo & Camargo, 2012).

As escolas, muitas vezes, reproduzem esse discurso ao pensar em homens e mulheres através da relação de poder, das suas capacidades e personalidades através da visão predominante do senso comum, no qual as mulheres são inferiores aos homens. Mas ela também acaba criando suas próprias concepções e as reproduzindo. É preciso observar o rendimento escolar e a relação entre os gêneros, pois a escola também traz sofrimento aos estudantes ao reproduzir tais condutas no sentido de que muitos professores acreditam que o rendimento escolar varia em função do gênero e assim depositam suas expectativas, o que pode acabar influenciando os alunos. Os profissionais tentam adequar o comportamento ao gênero que a criança pertence, dessa forma, percebem as meninas como meigas, estudiosas e que tiram boas notas porque são esforçadas; enquanto os meninos tiram notas baixas porque são indisciplinados, bagunceiros, mas ‘naturalmente’ inteligentes (Maia, Navarro & Maia, 2011). Ou seja, o desempenho das meninas é atribuído aos seus esforços e sua força de vontade em demonstrar que é boa aluna. Já o desempenho ruim, em geral, dos meninos é justificado pelo seu comportamento inquieto em sala de aula, além de ser visto como um desperdício de potencial, já que são considerados “naturalmente” inteligentes. O que caracteriza um bom aluno para a maioria dos professores seria o modo se comportar e não suas notas (Carvalho, 2008).

Esses discursos sexistas podem ser explicados, em parte, devido à formação acadêmica dos professores que pode não ter sido adequada no sentido de abarcar a diversidade sexual dos alunos e, além disso, por um não questionamento crítico a respeito dessas práticas discriminatórias, pois já estão incluídas no contexto social mais amplo devido ao processo de naturalização (Maia, Navarro & Maia, 2011). Os currículos e as maneiras de ensino também são responsáveis por produzir essa diferença, uma vez que desde criança utilizamos o gênero masculino para englobar todos os sujeitos e isso acaba ocultando o gênero feminino (Louro, 1998).

O silêncio como reproduzidor das normas vigentes em relação à sexualidade

Os livros didáticos brasileiros atuais discutem questões sobre discriminações sexuais, de gênero e raciais. Contudo, as identidades de gênero são apresentadas a partir de um sistema binário que divide homens e mulheres em um sentido essencialmente

biológico, de reprodução (Lionço & Diniz, 2009). Enquanto a diversidade sexual é pouco comentada para não entrar em divergência em relação à norma heterossexual. Isso significa que o material didático mostra padrões de configurações familiares e representações de gênero vigentes na sociedade, enquanto há uma ausência de questões relativas à diversidade sexual. Dessa maneira, passam a ideia de que a melhor forma de lidar com essa diversidade é o silêncio, ou seja, não discutindo sobre essas questões. Como o ambiente escolar também é construtor de identidades deve ofertar às crianças a possibilidade de conhecer a diversidade, por isso eles investem em representações iconográficas de indivíduos de diversas raças, formas físicas e tamanhos, porém há uma exclusão quando se trata da diversidade sexual (Lionço & Diniz, 2009).

O silêncio torna-se uma artimanha para não discutir questões que são polêmicas e geram certo incômodo no sentido de que não é o que a cultura, em termos hegemônicos, considera como 'normal', tornando-se assim uma forma de discriminação. Os currículos são construídos tendo como base os modelos de homogeneização vigente, ou seja, não possibilitam o desenvolvimento de sujeitos críticos e com capacidade para refletir, levando em conta suas diversidades culturais, suas singularidades (Araújo e Camargo, 2012). Os professores também trazem certa preocupação no que dizer para os alunos, pois temem em como sua fala chegará aos pais, uma vez que esses podem achar que contradizem suas crenças (Madureira e Branco, 2015). O resultado disso é que as crianças que se encaixam nessas normas possuem mais privilégios e conseguem terminar os estudos de uma maneira mais satisfatória, enquanto as crianças que não tiveram a mesma oportunidade possuem uma maior tendência a fracassar com certa frequência nas escolas (Araújo e Camargo, 2012).

É preciso salientar que ao mesmo tempo em que a escola tende a reproduzir esses discursos heteronormativos, ela tem um papel fundamental na desconstrução desses modelos. Entretanto, muitos professores ainda não possuem uma formação adequada para lidar com essas questões. Muitos ainda relatam que não sabem o que fazer quando presenciavam situações de agressões contra pessoas homossexuais ou apenas por parecerem ser (Junqueira, 2009). Apesar de acreditarem que todas as pessoas devam ser respeitadas, os professores, muitas vezes, se deparam com suas próprias crenças religiosas, o que se torna um empecilho para a discussão dessas questões (Madureira e Branco, 2015). Dessa maneira, vemos que é imprescindível tomar medidas para incluir esses temas na formação inicial desses profissionais. A escola é um espaço em que se

criam novas identidades a partir de novos aprendizados, conhecimento, vivência e isso ajuda a abalar crenças e valores associados a discriminações e preconceitos (Junqueira, 2009).

A Escola na Diversidade e Para a Diversidade

O que se poderia fazer então para transformar a escola em um espaço acolhedor da diversidade? Primeiramente, as instituições devem se dar conta de que estão presas em um discurso normativo e reprodutor de desigualdades. Assim, problematizar os recursos que elas utilizam também é uma forma de conscientização. Reformas curriculares com a pretensão de deixar de submeter os alunos a um processo de homogeneização, elaboração de novos materiais didáticos abarcando todas as identidades sociais, investimento na formação profissional continuada, pois eles devem ter acesso desde o início a essas temáticas e políticas públicas educacionais voltadas para a diversidade se fazem necessários para o combate à discriminação (Junqueira, 2009; Araújo e Camargo, 2012).

O ideal seria uma educação na diversidade e para a diversidade, ou seja, as práticas pedagógicas se reformulariam em um ambiente pluralista, constituído pela coletividade e suas subjetividades, reconhecendo as diferenças e se abrindo para o novo. Seria uma maneira de desestruturar qualquer tentativa de discriminação e inferiorização do outro uma vez que a educação seria construída nessa diversidade. Além disso, trabalhar com as identidades sociais nas instituições seria uma forma de mostrar a diversidade e promover a sensibilização e o respeito ao outro, desenvolvendo a empatia (Junqueira, 2009; Araújo e Camargo, 2012).

O termo empatia significa estabelecer a capacidade de se colocar no lugar do outro; compreender o outro em seu mundo afetivo. É também uma compreensão comportamental, no sentido de demonstrar expressões que mostram essa compreensão e esse sentimento (Pavarino, Prette & Prette, 2005). Dessa maneira, as pessoas compreenderiam, pelo menos minimamente, como é estarem no lugar de pessoas homossexuais, travestis, lésbicas e outros grupos historicamente marginalizados, que sofrem opressões constantes de uma sociedade heteronormatizante, inclusive no ambiente escolar, e assim, desenvolver ações que ajudem a desconstruir essas crenças e valores voltados para a discriminação e o preconceito.

Dito isso, o objetivo geral da pesquisa é analisar as concepções e crenças de profissionais da educação básica sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. Seus objetivos específicos são: compreender como profissionais da educação lidam com as questões de sexualidade e gênero na escola; analisar as concepções e crenças de profissionais da educação sobre a diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.

Método

A pesquisa qualitativa procura investigar as crenças, valores, significados das ações e relações humanas. Porém, não exclui necessariamente a pesquisa quantitativa, pois as informações entre elas podem ser complementares. A diferença é que a pesquisa quantitativa procura por objetividade, através de instrumentos padronizados e métodos estatísticos. Enquanto a pesquisa qualitativa procura estudar mais profundamente os significados e motivos das ações e das relações humanas (Minayo, 2007). Ou seja, essa última possui o significado como central em suas investigações. Assim, os teóricos dessa corrente acreditam que a subjetividade é de fundamental importância para “compreender” o sentido da vida social (Minayo, 2007).

A pesquisa foi realizada conforme os princípios éticos exigidos nas pesquisas com seres humanos. Inicialmente, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB. A pesquisa de campo começou logo após a sua aprovação. As entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos participantes, conforme expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Conforme consta no TCLE, não serão divulgadas as identidades pessoais dos mesmos.

Participantes

Foram entrevistados três profissionais da educação, sendo que um deles é professor de história de escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio; o outro participante é professor de matemática de escola particular do ensino fundamental e médio; e a última participante é professora de português de escola pública para alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Materiais e Instrumentos

Foram utilizados como materiais: caneta, TCLE impresso, gravador de celular, folha com perguntas e tablet para a apresentação das imagens previamente selecionadas.

Os instrumentos usados foram: roteiro de perguntas semiestruturadas juntamente com imagens previamente selecionadas.

Procedimentos de Construção de Informações

O procedimento para a pesquisa de campo consistiu em selecionar e contatar três participantes e encontrá-los, individualmente, no lugar de preferência dos mesmos.

Antes de começar, foi pedido para gravar a entrevista com objetivo de ter acesso às informações posteriormente. Através do TCLE foi informado que a identidade pessoal de cada sujeito seria mantida em sigilo. Assim, as informações foram construídas a partir do roteiro de perguntas semiestruturadas e das imagens previamente selecionadas.

Procedimentos de Análise

Após a conclusão das entrevistas, foram construídas categorias analíticas para o desenvolvimento dos resultados. As categorias analíticas possuem o objetivo de discutir e relacionar a pesquisa empírica à literatura pesquisada. As categorias são: 1) Concepções e crenças dos participantes em relação às questões de gênero na sociedade brasileira e no âmbito escolar; 2) Como os participantes lidam com questões de sexualidade no contexto escolar?; 3) Diversidade sexual e de gênero na escola na perspectiva dos participantes.

Resultados e Discussão

De acordo com as categorias analíticas apresentadas anteriormente, será retratado os resultados obtidos através da pesquisa e da revisão bibliográfica.

1) Concepções e crenças dos participantes em relação às questões de gênero na sociedade brasileira e no âmbito escolar

Devido à heteronormatividade vigente, a sociedade é dividida de acordo com o sexo e com o gênero, atribuindo a eles uma relação de poder desigual, de tal maneira que o gênero masculino é visto como dominante enquanto o gênero feminino exerce um lugar de subordinação na sociedade. Essa situação implica na visão do feminino como um objeto, feito para a satisfação dos interesses masculinos (Borrillo, 2009). Isso remete

à crença de que há trabalhos para serem desempenhados por homens e trabalhos que devem ser desempenhados por mulheres.

Contudo, essa visão não é sustentada pelos entrevistados, em se tratando de realizar tarefas domésticas, pois de modo geral, todos disseram que tanto o gênero masculino quanto o feminino estão aptos e devem realizar tarefas que tempos atrás, e ainda hoje para algumas pessoas, eram vistas como “exclusivamente” femininas.

(...) Então assim, essa visão aí que fala “Ah, mas o homem não pode fazer isso”, eu acho isso errado. Acho que um convívio familiar, tô falando pelo convívio familiar, eu acho que um tem que ajudar o outro. Então assim, não é porque um é mulher que ela que vai fazer, que ela que vai ter que fazer a comida, pelo contrário, eu sou a favor do homem ter a sua liberdade. (...) Isso não vai fazer o cara deixar de ser homem porque tá limpando uma casa, não é por causa disso que o cara vai deixar de ser homem ou se vai interferir a sexualidade por causa de uma limpeza, acho nada a ver. (Participante 1)

Assim, as questões de gênero podem ser vistas como a maneira que as pessoas articulam suas ações aos papéis sociais relacionados aos homens e as mulheres, como se houvessem funções fixas próprias para o feminino e para o masculino (Welzer-Lang, 2001). Em relação à perspectiva dos entrevistados observa-se que eles possuem uma postura mais progressista em relação ao tema, pois acreditam que não há funções para serem desempenhadas apenas por um dos gêneros. Mas, vemos que essa ideia não pode ser generalizada, uma vez que um dos participantes nos diz que há amigos dele que “riem quando ele diz que realiza tarefas domésticas em sua casa”. Essa fala mostra que, ainda hoje, muitas pessoas pensam que o fato dos homens executarem tarefas que anteriormente eram destinadas apenas às mulheres, os faz perder status de sua masculinidade. Fazendo alusão a literatura, essa crença pode ser explicada na noção histórica e social de que as funções mais importantes eram destinadas ao masculino e as funções de menos valor eram direcionadas ao feminino, e por isso, não deve ser associado a uma mulher (Welzer-Lang, 2001).

Há uma controvérsia quando essa questão é levada para o âmbito escolar. Os profissionais da educação apresentam visões diferenciadas em relação às meninas e os meninos (Maia, Navarro & Maia, 2011). Articulando as entrevistas e a pesquisa

bibliográfica realizada, essa questão pode ser explicada por um não posicionamento crítico sobre esse discurso sexista pelo fato de já estar naturalizada no contexto social. Além disso, também pode ser levantada a hipótese de que os profissionais não tiveram contato com questões relacionadas a sexualidade em sua formação profissional, o que faz com que não tenham um conhecimento aprofundado sobre o assunto (Maia, Navarro & Maia, 2011).

Porque eu acho que as meninas são mais mandonas... principalmente em coisa de escola... os meninos são mais práticos também né... “Ah é pra fazer isso, então me dá isso aqui, deixa eu fazer logo”... é desse jeito. E as meninas são mais detalhistas, mais perfeccionistas, então acho que nisso a gente vê a nítida divisão. (Participante 3)

A visão do terceiro participante mostra uma nítida divisão binária (masculino/feminino) que ocorre no âmbito escolar, no sentido de os professores atribuírem notas boas às meninas apenas pelos seus esforços, e para isso, elas precisam se esforçar a ponto de se tornarem detalhistas. Já os meninos são vistos como práticos e inteligentes “naturalmente”. Essa visão reforça as práticas discriminatórias, pois demarca uma posição para os gêneros. Uma vez que atribui um lugar privilegiado aos meninos, enquanto as meninas são silenciadas através da utilização de certos mecanismos que as desprestigiam, como a escolha de certos adjetivos, as analogias, a utilização ou não de diminutivos, entre outros (Louro, 1998). Também atrapalha na visão de um sujeito capaz de construir sua própria subjetividade, pois já existe um pré-conceito estabelecido dos comportamentos esperados para meninos e para meninas. Dessa maneira, generaliza-os de acordo com os gêneros aos quais pertencem.

Em sua pesquisa com profissionais da educação, Carvalho (2008) constata que essas percepções dos professores e os comportamentos desempenhados por meninos e por meninas se sustentam nas lógicas de feminilidade e masculinidade vigentes. As meninas agem de uma maneira mais submissa e obediente as normas da escola, mas os professores possuem uma ideia de boa aluna como sendo aquelas que tenham uma postura mais criativa, questionadora e ativa e por isso seu sucesso escolar pode ficar comprometido. Enquanto os meninos se comportam de maneira desligada, descompromissada e desleixada, como forma de reafirmar sua masculinidade (para se diferenciarem do comportamento organizado das meninas) e de certo modo ganham o

respeito dos profissionais que esperam que eles se imponham. Através disso, é possível perceber que os critérios utilizados para descrever o que é ser um bom aluno divergem de acordo com o gênero (Carvalho, 2008).

2) Como os participantes lidam com questões de sexualidade no contexto escolar?

Falar de sexualidade na escola é tido como um problema, uma vez que a realidade desses profissionais é distante das discussões geradas no universo acadêmico, pois para a maioria deles, o conceito de gênero ainda não é associado a uma construção cultural. Dessa forma, é utilizado explicações essencialistas para o comportamento das pessoas, no qual as ações dos homens são justificadas porque faz parte da “natureza” deles, por exemplo. Além disso, é importante considerar as motivações dos professores ao abordarem esse tema, para que não o discutam reforçando os estereótipos de gênero (Madureira e Branco, 2015).

(...) na verdade eu tenho uma opinião que eu não concordo de discutir a sexualidade, acho que isso é muito pessoal, e claro que na escola deveria ter essa discussão porque tem uns que tem... aquela dificuldade de não saber a sua sexualidade, então claro que tem que ter um psicólogo, um conselheiro, assim, uma pessoa boa nesse assunto. Mas na minha opinião, eu preferia não discutir porque isso é muito pessoal (...) (Participante 1)

Através dessa fala do participante é possível constatar que é preciso ter um profissional nas escolas para ajudar aqueles alunos que passam por dificuldades e preconceitos devido a sua sexualidade. Contudo, ele acredita que essa questão não deva ser discutida nas escolas, pois é um assunto pessoal. Isso mostra que os professores, muitas vezes, não estão capacitados para lidarem com a diversidade sexual, uma vez que eles geralmente não discutem sobre essas questões em suas formações. Uma problematização para ser considerada é o fato de que quando o participante se refere a um assunto “pessoal”, pode estar implicado os não-ditos, como uma forma de não discutir, e ao mesmo tempo, silenciar e evitar essa questão, podendo este ser um assunto que lhe cause incômodo.

O silenciamento se torna uma maneira encontrada de manter a norma vigente. Assim, a sexualidade não é abordada nas escolas, principalmente em se tratando da homossexualidade, pois seria uma forma de eliminá-los, como se eles não existissem, evitando que os outros alunos tenham contato com eles, ou então que possuam um convívio no qual eles sejam insultados (Louro, 1998).

Na pesquisa realizada por Madureira e Branco (2015) foi observado que os professores entrevistados possuíam opiniões diferentes a respeito do tema. De um lado, a maioria afirmava que deveriam respeitar a “opção sexual” dos alunos. Na primeira etapa da pesquisa, contudo, outros profissionais possuíam concepções e crenças homofóbicas, no qual viam a homossexualidade como algo que deveria ser curada e/ou prevenida por meio de intervenções seja de especialistas, intervenções divinas ou por meio de um trabalho de orientação moral. Uma possível explicação para esse resultado é a relação rígida que alguns professores tinham com a religião, caracterizando práticas de fundamentalismo religioso, ou seja, uma relação rígida com a religião.

(...) eu tento ver como que o menino tá se afetando com a reação da turma... assim, se eu perceber que a reação da turma tá constrangendo, aí eu tento falar com todo mundo. Caso contrário eu deixo eles agirem naturalmente, que às vezes o menino... ele leva numa boa... às vezes a opção dele de se pronunciar como homossexual, ou afeminado ou algo parecido, ele já automaticamente se preparou pra receber toda a carga de piada, de preconceito que vai vim, então ele já tá meio fechado pra isso, e isso não afeta ele em nada. Mas às vezes afeta e é aí que eu tento interferir. (Participante 2)

(...) então tem todo um jeito, um manejo, todo um cuidado mesmo. Porque nem todo mundo tá preparado... eu acho que não adianta também a gente conversar sobre isso só com os alunos, acho que tinha que ser uma coisa bem mais ampla e a escola não tem estrutura pra isso, não tem tempo, talvez não tenha espaço, talvez tem que ser uma coisa com a família, com a comunidade toda, daí é muito complicado. (Participante 3)

A partir dos relatos dos participantes 2 e 3, percebe-se um certo cuidado ao abordar a questão da sexualidade nas escolas, levando em consideração o que falar e como falar, para não ser interpretado de uma maneira errônea e nem levar a conflitos

desnecessários com as famílias dos estudantes. O que foi muito relatado durante todas as entrevistas.

Os professores apresentam uma preocupação em relação à influência que sua fala gera nos alunos e como isso pode ser interpretado por eles e pela família. No caso do tema sexualidade, é abordado principalmente o lado negativo, como as doenças e a gravidez precoce e silenciado a dimensão prazerosa da sexualidade, justamente pelo receio de como a família vai receber e pelo fato de fugir do conteúdo curricular e por isso preferem silenciar o assunto ou tratá-lo de forma superficial ancorado no “porto seguro” do discurso biomédico. (Madureira & Branco, 2015).

Assim, são poucos os adolescentes que se sentirão confortáveis para se exporem e até mesmo aceitarem sua orientação afetivo – sexual, contribuindo, dessa maneira, para a invisibilidade e a manutenção da heteronormatividade que tanto lhes causam sofrimento (Junqueira, 2009). Por isso, é preciso perceber como o aluno e como os demais alunos lidam com essas questões, pois no momento em que as brincadeiras extrapolam os limites, os entrevistados assumem a postura de interferir e conversar com a turma sobre esse comportamento. Ou seja, os professores lidam com a questão da sexualidade tentando aceitar e fazendo com que os alunos aceitem que as diferenças são necessárias para os processos identitários. Uma vez que as pessoas são diferentes entre si e carregam elementos em suas identidades que podem ser possíveis alvos de agressões e opressões, além da identidade ser construída no cotidiano, a partir da interação social (Moreira e Câmara, 2008).

Fazendo alusão à literatura, o trabalho dos profissionais da educação é importante nesse sentido, pois ajudam os estudantes a entenderem e aceitarem as diferenças, evitando, dessa forma, que ocorra uma desqualificação do outro, podendo transformar-se, inclusive, em prática discriminatória (Madureira, 2010). Com isso, ajudam a produzir vínculos empáticos (Pavarino, Prette & Prette, 2005) como forma de lutar contra a discriminação e inferiorização do outro, como observado no relato de um dos entrevistados:

(...) mas a gente sempre consegue que eles tenham pelo menos respeito, o mínimo de respeito possível... né... aquela coisa que acho que todo mundo fala ‘você não precisa gostar, você precisa respeitar’... então é bem por aí (...) é bem por esse princípio, do respeito (...). (Participante 3)

É possível observar, também, que há uma necessidade de abrir a discussão para toda a comunidade escolar e, muitas vezes, para as famílias, mas em muitos casos os professores se sentem desamparados, pois as escolas não querem se envolver nesses assuntos, como relata um dos participantes:

(...) Pra falar a verdade eu vejo a instituição normalmente não querendo fazer isso e até criticando quando o professor faz. Porque a dor de cabeça que a instituição tem com os outros pais é muito maior do que resolver o problema desse menino. Então normalmente a instituição prefere que você não entre nesse... nessa brincadeira. Mas eu acho que deveria ser função da instituição e tratar com naturalidade... mas não trata não... não trata mesmo... certeza. (Participante 2)

Assim, conclui-se que, muitas vezes, as instituições escolares preferem não abordar esse assunto para não confrontar com as crenças e valores das famílias dos estudantes e, assim, evitar conflitos que poderiam ser mais “difíceis” de lidar. A partir da literatura (Louro,1998; Lionço e Diniz, 2009) e das entrevistas realizadas, é possível levantar uma hipótese de que a questão da sexualidade não é abordada como forma de reforçar a heteronormatividade, presente nos livros didáticos, por exemplo, pois apesar de não apresentarem expressões homofóbicas contribuem com a discriminação ao silenciar-se sobre a diversidade sexual, reproduzindo o discurso de que apenas a heterossexualidade seria a “forma normal” de sexualidade, de forma a silenciar aqueles sujeitos que são considerados desviantes da norma.

3) Diversidade sexual e de gênero na escola na perspectiva dos participantes

A diversidade sexual é pouco explorada nas escolas para não entrar em conflito com a norma heterossexual. Dessa maneira, os livros didáticos costumam apresentar representações de gêneros vigentes na sociedade, pois acreditam que a melhor forma de lidar com a diversidade sexual é silenciando essa questão, ou seja, não discutindo esta questão (Lionço e Diniz, 2009). Por conta disso, e pela provável formação não adequada dos profissionais da educação, muitos ainda não sabem lidar de forma adequada com essas situações. É comum o relato de professores dizendo que não sabem o que fazer quando se deparam com alunos sendo alvos de agressões por possuírem uma orientação afetivo - sexual diferenciada ou por parecerem ser homossexuais, por exemplo

(Junqueira, 2009). Em uma das entrevistas realizadas, o relato de não saber o que fazer é bem evidenciado por um dos participantes e por essa razão, ele prefere não comentar sobre o assunto, silenciando-se.

(...) eu vejo pelo lado humano e não da sexualidade, mas é porque eu não sei o que fazer, não vou mentir pra você não, eu não vou chegar lá e saber o que eu faço, quando eu vejo as brincadeiras eu corto, mas acho que eu deveria fazer alguma coisa, só que eu não sei o que fazer. Às vezes quando eu vejo os comentários, eu penso o que eu vou fazer e eu não sei, aí eu prefiro ficar calado, evitar a situação. (Participante 1)

Acho que é importante, mas acho que a escola não está totalmente preparada pra discutir de forma (...) assim... na verdade nem todos os profissionais estão preparados pra discutir isso, não é todo mundo que tem a mente aberta, não é todo mundo que tem uma neutralidade, sempre às vezes eu acho que pode ter um peso na opinião que o professor sem querer vai deixar subentendido, e um aluno ou outro vai entender, captar e tal (...) (Participante 3)

Apesar da opinião desse participante de que a escola não está preparada para certas discussões, é fundamental abordar essas questões. Pois, apesar de manter a função de normatizar os corpos, reproduzindo as desigualdades existentes na sociedade, a escola também é capaz de conscientizar as pessoas de suas condições sociais para que possam desconstruir os preconceitos (Madureira, 2013). Assim, ela ajuda a construir novas identidades em diálogo com contextos culturais e sociais, além de possibilitar as crianças conhecerem a diversidade, investindo em estratégias pedagógicas que englobam essa questão (Lionço & Diniz, 2009; Junqueira, 2009). Através dos novos conhecimentos e aprendizados adquiridos, as crianças desenvolvem a habilidade de pensar criticamente sobre suas crenças e valores associados a discriminações e preconceitos. Ou seja, além dela ser uma reprodutora dos discursos heteronormativos, é um espaço para desconstruir esses modelos (Lionço & Diniz, 2009; Junqueira, 2009).

Em algumas escolas foram sugeridos estratégias para vencer essas divergências que impedem um bom relacionamento entre as pessoas de grupos distintos, que envolvem o diálogo e a troca de informações, como forma de ampliação da cultura (Moreira e Câmara, 2008). Por isso, mediante o suporte adequado das escolas e uma

formação adequada dos professores, é possível abordar a diversidade sexual no âmbito escolar. Através da promoção de condições igualitárias para aqueles que normalmente já são marginalizados e desconstruindo crenças daqueles alunos que costumam “fazer chacotas” dos outros por preconceito.

É importante porque o terceiro sexo é uma realidade, e o terceiro sexo sempre vai ser minoria dentro de sala de aula e às vezes ele precisa de alguém que toque nesse assunto pra ele se manifestar e preparar as pessoas pra ele poder se manifestar também... pra ele poder se assumir, algo parecido (...) Aí, às vezes, ele vendo que você conversa esse assunto com a turma com certa naturalidade, ele vai se sentir menos estranho do que ele já ta se achando (...) (Participante 2)

Dessa maneira, vemos que a escola precisa ser um local que possibilite a troca de informações e conhecimentos sobre a diversidade, promovendo, sobretudo, o respeito e a empatia. Para que, assim, todos possam compreender o outro e desenvolver estratégias que promovam a desconstrução de crenças e valores voltados para o preconceito.

Conclusão

A partir da perspectiva sociocultural é possível analisar o desenvolvimento humano na sua complexidade e interação com a cultura por meio da mediação semiótica, estabelecendo pontes para a discussão dos processos identitários e das múltiplas identidades sociais.

Após a conclusão e a análise das entrevistas verifica-se que os objetivos da pesquisa foram cumpridos. Quanto à problemática da pesquisa, constata-se que os profissionais da educação entrevistados procuram combater as práticas discriminatórias em relação às identidades de gênero e às identidades sexuais através do princípio do respeito e o desenvolvimento de vínculos empáticos. Porém, às vezes, ainda enfrentam o despreparo para lidar com essas situações e não sabem como agir. Além disso, aqueles profissionais que se “arriscam” a debater o tema, confrontam-se com as concepções e crenças familiares de cada indivíduo e também suas próprias crenças, o que pode justificar o silenciamento dessas questões no espaço escolar. No decorrer da pesquisa

bibliográfica, foi identificado que o MEC aprovou e oferece cursos de capacitação de professores acerca do tema sexualidade, contudo não é um curso obrigatório, e por isso muitos profissionais não o fazem. Apesar disso, os materiais didáticos ainda contemplam a visão heteronormativa que explica a sexualidade em termos estritamente biológicos, promovendo a discriminação e o silenciamento daqueles que não seguem a norma.

As estratégias pedagógicas utilizadas por esses professores no combate às práticas discriminatórias influenciam, mesmo que minimamente, os alunos a aceitarem e a terem uma boa convivência com a diversidade, uma vez que esses professores são vistos como modelos pelos alunos, ou seja, muitas vezes os alunos desejam ser como os professores.

As contribuições dessa pesquisa envolvem analisar as crenças e concepções e compreender como os profissionais da educação lidam com as questões abordadas. Além disso, contribui para que os profissionais da psicologia, em especial os psicólogos escolares, em conjunto com os profissionais da educação desenvolvam estratégias pedagógicas para lidarem com os preconceitos e as discriminações nas escolas. Porém, percebe-se que há uma carência nesse estudo sobre a análise de como a família dos alunos percebem essas estratégias pedagógicas e lidam com isso, pois de acordo com os relatos, isso é uma limitação para não abordarem as questões de gênero e sexualidade.

Dessa maneira, cria-se a possibilidade para dar continuidade a este estudo e realizar mais pesquisas nesse campo, e assim, aumentar a produção teórica brasileira sobre esse assunto, uma vez que esse tema não é muito discutido em estudos da psicologia. Em vista disso, pesquisas mais focadas para o preconceito sobre a diversidade sexual também são necessárias.

Referências Bibliográficas

Araújo, R. P. de & Camargo, F. P. (2012). Gênero, dificuldade sexual e currículo: um diálogo possível e necessário. Em Irineu, B. A & Froemming, C. N. (Orgs.), **Gênero, sexualidade e direitos: construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia.**(pp.39 – 52). Palmas, TO.

- Borrillo, D. (2009). A homofobia. In Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio** (pp. 15-46). Brasília: Letras Livres / Editora da Universidade de Brasília.
- Buss-Simão, M. (2013). Relações Sociais de Gênero na Perspectiva de Crianças Pequenas na Creche. **Cadernos de Pesquisa**, 43(148), (pp.176-197).
- Carvalho, M. P. (2008). Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** (pp. 90-124). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R Neiva (Orgs.), **Psicologia Social: principais temas e vertentes** (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- Junqueira, R. D. (2009). Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs.), **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio** (pp.161 - 196). Brasília: Letras Livres: EdUnB
- Lionço, T & Diniz, D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs.), **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio** (pp. 050 - 074). Brasília: Letras Livres: EdUnB
- Louro, G. L. (1998). **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não hegemônicas: Processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 23 (1), (pp. 081- 090).
- Madureira, A. F.A. (2010). Gênero, fronteiras simbólicas e imagens: implicações metodológicas e educacionais. **Anais – Simpósio: Gênero e Psicologia Social** (pp.17-30). Brasília: TechnoPolitik.
- Madureira, A. F. A. (2013). Psicologia Escolar na contemporaneidade: construindo “pontes” entre a pesquisa e a intervenção. In E. Tunes (Org.), **O fio tenso que une a Psicologia à Educação** (pp. 55-73). Brasília: UniCEUB.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural** (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as. **Temas em Psicologia**, 23(3), (pp.577-591).
- Maia, A. C. B.; Navarro, C. & Maia, A. F. (2011). Relações entre gênero e escola no discurso de professoras no ensino fundamental. **Psic. da ed** (pp. 25 – 46). São Paulo.
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** (pp. 38-66). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Pavarino, M. G; Del Prette, A.&Del Prette, Z, A. P. (2005). O desenvolvimento da empatia como prevenção da agressividade na infância. **PSICO**, 36(2), 127-134.
- Portal Brasil. (2015). **Luta contra homofobia avança na última década**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/luta-contra-homofobia-avanca-na-ultima-decada>
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas** 9(2), 460-482.
- Woodward, k. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.